

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

DAIANE DE MOURA MAI

ACORDA AMOR: A MÚSICA E A CENSURA NA DITADURA MILITAR

**SÃO BORJA/RS
2024**

DAIANE DE MOURA MAI

ACORDA AMOR: A MÚSICA E A CENSURA NA DITADURA MILITAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Orientador: Camila de Almeida Silva

**SÃO BORJA/RS
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

M217a MAI, DAIANE DE MOURA
ACORDA AMOR: A MÚSICA E A CENSURA NA DITADURA MILITAR / DAIANE DE MOURA MAI.
33 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, HISTÓRIA, 2024.
"Orientação: CAMILA DE ALMEIDA SILVA".

1. DITADURA MILITAR. 2. CENSURA. 3. MÚSICA DE PROTESTO. 4. RESISTÊNCIA . I. Título.

DAIANE DE MOURA MAI

ACORDA AMOR: A MÚSICA E A CENSURA NA DITADURA MILITAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em História.

Área de concentração: Ciências Humanas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 17 de dezembro de 2024.

Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente
 **CAMILA DE ALMEIDA SILVA**
Data: 07/01/2025 11:07:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. Dra. Camila de Almeida Silva
Orientador
UNIPAMPA

Documento assinado digitalmente
 **MARIA TERESINHA VERLE KAEFER**
Data: 07/01/2025 18:58:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Kaefer
UNIPAMPA

Documento assinado digitalmente
 **JEREMYAS MACHADO SILVA**
Data: 06/01/2025 15:28:48-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Jeremyas Machado Silva
UNIPAMPA

Dedico este trabalho à minha mãe, Sueli Moura, por estar sempre ao meu lado, apoiando cada passo da minha jornada, e à minha avó, Thereza Moura, cuja memória e amor estarão eternamente presentes, inspirando-me a seguir em frente.

AGRADECIMENTO

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me sustentado ao longo desta jornada, concedendo-me força e serenidade para enfrentar os desafios destes quatro anos. Aos meus pais, que acreditaram nesse sonho e me deram todo suporte para concluir a graduação.

Minha gratidão se estende à tutora Eliane Nieterauer Timm, cujo incentivo foi essencial nos momentos mais difíceis, quando pensei em desistir. À professora Maria Teresinha Verle Kaefer, por sua dedicação e atenção à nossa turma, auxiliando-nos desde o início com cuidado e disponibilidade para nos ajudar a alcançar a formação. À professora Mariane Debus, que nos orientou no último semestre com paciência e clareza, elucidando diversas questões técnicas indispensáveis à conclusão do curso.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Camila de Almeida Silva, por todo o suporte e orientação que tornaram este trabalho possível. Também sou profundamente grata a todos os professores que, ao longo desses anos, compartilharam conosco seus conhecimentos, contribuindo de forma significativa para a construção do nosso aprendizado histórico.

Agradeço à UNIPAMPA pela oportunidade de realizar o sonho de cursar História, oferecendo-nos todo o suporte necessário para este momento. Também agradeço ao polo de Jacuizinho/RS, que tem proporcionado a tantos alunos a chance de alcançar a graduação em nossa região, e aos colegas que, com esforço e determinação, trilharam comigo esta caminhada até o final.

Esses anos foram marcados por desafios, sacrifícios e muitos obstáculos, mas também por aprendizados e conquistas que tornaram cada esforço recompensador. A História é uma ciência fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e consciente, pois nos permite aprender com os erros e acertos do passado para moldar um futuro melhor. Que possamos ser agentes de transformação, aplicando tudo o que aprendemos para construir um mundo mais humano, justo e seguro.

“As pessoas têm medo das mudanças. Eu
tenho medo que as coisas nunca mudem.”

Chico Buarque

RESUMO

A Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) foi um período marcado por repressão, censura e autoritarismo, impactando profundamente a sociedade brasileira. Durante mais de duas décadas, a ditadura utilizou a censura como ferramenta para controlar manifestações artísticas, políticas e culturais, silenciando vozes dissidentes. Nesse cenário, a música destacou-se como uma forma de resistência, desafiando a opressão por meio de mensagens codificadas que driblavam os censores.

Artistas como Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso e Geraldo Vandré criaram composições que denunciavam abusos, registravam injustiças e inspiravam esperança. Obras como *"Apesar de Você"*, *"Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores"* e *"Acorda Amor"* tornaram-se ícones de luta por liberdade.

Este artigo explora a relação entre música e censura, destacando o impacto dessas composições na resistência à ditadura e na conscientização da sociedade, reforçando a importância da memória histórica e da liberdade de expressão.

Palavras-Chave: Ditadura Militar, Censura, Música de Protesto.

ABSTRACT

The Military Dictatorship in Brazil (1964-1985) was a period marked by repression, censorship, and authoritarianism, profoundly impacting Brazilian society. For over two decades, the dictatorship used censorship as a tool to control artistic, political, and cultural expressions, silencing dissenting voices. In this context, music emerged as a form of resistance, defying oppression through encoded messages that evaded censors.

Artists such as Chico Buarque, Gilberto Gil, Caetano Veloso, and Geraldo Vandré created compositions that denounced abuses, recorded injustices, and inspired hope. Works like *“Apesar de Você”* (*“In Spite of You”*), *“Pra Não Dizer Que Não Falei das Flores”* (*“Not to Say I Didn’t Speak of Flowers”*), and *“Acorda Amor”* (*“Wake Up, Love”*) became iconic symbols of the fight for freedom.

This paper explores the relationship between music and censorship, highlighting the impact of these compositions on resistance to the dictatorship and on raising societal awareness. It underscores the importance of historical memory and freedom of expression.

Keywords: Military Dictatorship, Censorship, Protest Music.

LISTA DE ABREVIATURAS

n. – número

p. – página

f. – folha

cap. – capítulo

v. – volume

org. – organizador

coord. – coordenador

col. – colaborador

LISTA DE SIGLAS

DSN – Doutrina de Segurança Nacional

ESG- Escola Superior de Guerra

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PSD- Partido Social Democrático

EUA – Estados Unidos da América

AI 5- Ato Institucional nº 5

PIB – Produto Interno Bruto

DOI-CODI - Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

DCDP - Divisão De Censura De Diversões Públicas

DNS - Doutrina da Segurança Nacional

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	DITADURA MILITAR NO BRASIL.....	15
2.1	O declínio do governo de João Goulart e o golpe militar.....	15
2.2	As principais características da ditadura militar.....	17
2.3	A censura na ditadura militar... ..	19
2.4	A música como resistência	22
3	METODOLOGIA	24
3.1	Natureza da pesquisa... ..	24
3.2	Delimitação do objeto do estudo.....	25
3.3	Procedimento de coleta de dados..... ..	25
3.4	Procedimento de análise de dados... ..	25
3.5	Limitações da pesquisa... ..	26
4	APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	26
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar foi um marco na história do Brasil. Amparada pelo medo do comunismo, que se expandia pelo mundo como consequência da Guerra Fria, os Militares derrubaram o governo de João Goulart, tomando o poder e dando início a um dos períodos mais cruéis da nossa sociedade, fazendo da violência, da censura e o autoritarismo elementos comuns na vida dos brasileiros por mais de duas décadas.

A partir da década de 1950, com a intensificação da Guerra Fria (1945-1991), manifestada nos conflitos da Coreia e na Revolução Cubana, tornou-se dominante entre os militares a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), desenvolvida pela Escola Superior de Guerra (ESG). Nos termos dessa doutrina, operou-se um radical deslocamento na identificação dos inimigos reais, ou em potencial, da segurança nacional. (OLIVEIRA, 2012, p.121)

Neste período, a música se tornou uma arma poderosa de resistência. Tentando ludibriar a censura da época, as composições levavam mensagens nas entrelinhas que mantinham vivo o espírito de inconformismo e repúdio aos caminhos que a política brasileira tomou.

Os movimentos artísticos foram grandes opositores do regime ditatorial e enfrentaram a força dos militares em busca da liberdade. Consequentemente os artistas se tornaram alvos dos militares, que não aceitava manifestações contra seu poder, levando a muitas prisões, torturas e exílios.

Mesmo ilustrando um cenário lastimável, as músicas seguem até hoje contando a história do período para as gerações que não presenciaram essa época. Através das canções conseguimos captar o medo, a dor e o desespero de ter sua vida transformada abruptamente e não possuir força suficiente para alterar esse quadro.

O objetivo geral da pesquisa é analisar a censura musical durante a ditadura, buscando entender como as letras compostas impactavam o período, servindo como denúncia e resistência ao regime ditatorial.

O presente artigo busca analisar o impacto da censura durante a ditadura militar, utilizando obras da época para entender o que motivou essa ação, além de observar como essas músicas influenciaram a população e qual impacto elas alcançaram na sociedade e como auxiliaram na criação da memória histórica. Para entender essa relação será necessário seguir os seguintes objetivos específicos.

1. Identificar como a censura era imposta na ditadura militar, como era o seu funcionamento e o que eles tentavam barrar.
2. Analisar as músicas censuradas, buscando entender a mensagem que despertou essa ação por parte dos militares e o que elas significavam em termos de resistência.
3. Averiguar como essas músicas impactaram a sociedade e como o movimento dos artistas influenciou no despertar da população contra a ditadura militar.

Conhecer a história da ditadura militar é crucial para a manutenção da democracia e elaboração das nossas convicções quanto ao assunto. Nos últimos anos acompanhamos muitas manifestações pró ditadura que acabaram abraçadas pela população, que em sua maioria não tem conhecimento sobre tudo que aconteceu no período. Utilizar a memória histórica presente nas composições da época é uma excelente alternativa para que o leitor possa entender além da teoria, o sentimento de quem sofreu na pele os terrores da ditadura Militar. O artigo está estruturado em três capítulos, onde o primeiro é destinado ao referencial teórico, onde vamos acompanhar a contextualização do período desde o declínio do governo de João Goulart, até a execução do golpe e anos que se seguiram, incluindo seus principais atos e ideias defendidas, as fases da ditadura, a instauração da censura e a presença da música como forma de resistência.

O segundo capítulo abordará a pesquisa, onde as músicas serão selecionadas e analisadas, buscando entender o contexto da composição, o que ela significava, como impactou a sociedade e como foi recebida pelos militares. Assim poderemos entender o papel da música no trajeto rumo a redemocratização. E o terceiro capítulo será destinado as considerações finais.

Ao fim desse estudo poderemos analisar a questão chave: Como a música se sobressaiu a censura e impactou a sociedade mantendo viva a esperança de libertação da ditadura?

2 A DITADURA MILITAR NO BRASIL

A Ditadura Militar se estendeu de 1964 a 1985, onde os militares destituíram João Goulart da presidência, em uma campanha contra o comunismo, dando assim início a um dos períodos mais decadentes e vergonhosos da história do nosso país, sendo marcado pelo autoritarismo, tortura, censura e violência extrema.

Uma ditadura militar é caracterizada pelo controle governamental exercido pelas forças armadas, resultando na supressão de direitos políticos e civis. Sob esse regime, as eleições e decisões passam a ser centralizadas, restringindo a participação da população. Outras marcas comuns incluem a censura, a manipulação da imagem do governo e da realidade nacional, além do uso da violência para reprimir opositores. Esses regimes frequentemente buscam legitimar suas ações através da imposição de ideais políticos e sociais, muitas vezes justificando-se com discursos de defesa do país.

No Brasil, o período ficou conhecido também como Ditadura Civil-Militar, destacando o apoio de setores da sociedade civil aos militares. Além da influência de políticos na concretização do golpe, parte da população expressou apoio através de manifestações pró-golpe de estado, motivadas pelo temor de uma suposta ameaça comunista.

Ao longo do referencial teórico vamos analisar como esta ditadura foi instituída.

2.1 O declínio do governo de João Goulart e o golpe militar

As eleições de 1960 definiriam o primeiro presidente brasileiro a ser empossado na capital Brasília. Em um momento mais ameno, sem grandes crises internas, a população votava para escolha do Presidente e Vice. Jânio Quadros era o candidato a presidente e Milton Campos candidato a vice pelo PTN, Pelo PSD concorriam Henrique Teixeira Lott para presidente e João Goulart para vice.

Tornando-se o político mais votado desde o fim da Ditadura do Estado Novo, Jânio Quadros é eleito presidente e João Goulart eleito vice, visto que nessa época ambos os cargos eram escolhidos por votação popular separadamente. Assim chega ao poder um presidente alinhado com valores da direita, focado no capital e na

moral e bons costumes e um vice alinhado a pautas da esquerda, objetivando lutas sociais e trabalhistas.

Em um confuso episódio na história da república, mesmo sem crises políticas ou pressões diretas contra seu governo, Jânio Quadros envia sua renúncia ao congresso, que acabou sendo acatada. Com isso, seguindo a constituição, João Goulart deveria assumir o posto de presidente.

Após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961, o país se encontrava agora em uma crise política. O governo de João Goulart (1961-1964) trouxe consigo a abertura para movimentos sociais. Estudantes e trabalhadores ganharam espaço, deixando assim os mais conservadores com medo de uma possível virada política. O medo era real neste período o mundo vivia o auge da Guerra Fria (disputa política, militar, tecnológica e econômica entre os EUA capitalista e a URSS socialista). (SILVA, 2021, p.6)

No dia da renúncia, Jango estava em viagem à China, neste período um governo comunista, a mando do presidente. Devido a essa aproximação a movimentos trabalhistas e sociais, a sociedade via Jango muito próximo ao comunismo, movimento que era demonizado pelas elites e causava medo em grande parte da população.

Toda essa estranheza também decorre a influência da Guerra Fria, onde os Estados Unidos, país capitalista, media forças com a União Soviética, que era socialista. O Brasil, embora mantivesse ligações com ambos os regimes, tinha uma aproximação maior ao governo americano, focando no capital. Com isso a chegada de Jango ao poder aterrorizava as elites e o empresariado, pelas ideias que ele defendia. O exército tentou impedir a posse de João Goulart, mas houve uma movimentação para que a constituição fosse cumprida e em setembro de 1961 ele assume seu posto como presidente.

Claro que essa chegada não foi tão pacífica. Para que Jango assumisse o poder, foi instituído um governo parlamentarista, diminuindo seus poderes. Assim todas as decisões passariam pela câmara e as reformas defendidas por Jango poderiam ser barradas. Conforme MOTTA (2021, p.24) “a imagem negativa de Jango entre os grupos de direita deveu-se a suas boas relações com o movimento sindical, inclusive com as lideranças comunistas.”

O parlamentarismo findou em 1963, quando a população decidiu por meio de um plebiscito o retorno do presidencialismo. Assim Jango teria mais liberdade em sua governança. Ciente dos problemas que o Brasil apresentava, ele tentou apoio

dos EUA para resolução da dívida externa, mas os americanos não confiavam no rumo que o governo brasileiro tomaria, já que viam Jango mais alinhado aos valores socialistas. Assim as negociações não tiveram êxito e os EUA passaram a influenciar na política brasileira por meio de apoio a grupos contrários a Jango.

Jango começa a defender o pacote de reforma de bases, que alcançaria as áreas agrárias, tributárias, educacionais, urbanas, eleitorais e bancárias. Com a esperança que as mesmas fossem alcançadas, os trabalhadores começam a se envolver mais na política e o apoio de Jango nesses grupos aumenta e isso fica claro no comício realizado na Central do Brasil. Em contrapartida as elites, empresários e conservadores se voltam contra o governo, realizando a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, onde se posicionavam contra o comunismo e pediam a intervenção militar.

No fim das contas, Goulart não foi derrubado porque representava uma ameaça autoritária, mas por ter uma aliança – ainda que frágil – com as esquerdas, por permitir a expansão de movimentos sociais reivindicados e por evitar reprimidos. (MOTTA,2021, p.59)

Entre todas as tensões políticas que tomavam o país, os militares orquestram o golpe, que é concretizado em 31 de março de 1964, destituindo o presidente João Goulart de seu cargo e dando início a Ditadura Militar.

2.2. As principais características da ditadura militar

A instauração da Ditadura Militar tem suas bases públicas na luta anticomunista, mas também existiram outras influências que levaram os militares ao poder.

O comunismo foi utilizado como uma desculpa para a implementação do golpe. O tema era aumentando, criando uma onda de pânico entre a população, com informações desencontradas e distorcidas, a fim de defender os ideais capitalistas defendidos pela direita.

No contexto da Guerra Fria o mundo se dividia entre o capitalismo e o socialismo, tendo as tensões entre Estados Unidos e União Soviética como centro do conflito. A influência do regime socialista impactou diversos países e na América do Sul, alcançou Cuba, onde o regime foi instaurado. Com isso os Estados Unidos

estavam atentos para impedir que mais países latinos aderissem ao regime e nessa constante vigilância, passaram sua atenção ao Brasil.

“Os norte-americanos tiveram grande presença no cenário público brasileiro nos anos anteriores ao golpe, financiando secretamente candidatos anticomunistas, coordenando cooperação técnica (inclusive no setor policial) e cultural em várias áreas, custeando projetos sociais e habitacionais (por exemplo, as vilas Kennedy e Aliança, no estado da Guanabara) e treinando sindicalistas brasileiros para que não se afastassem dos valores do “mundo livre”. ” (MOTTA, 2021, p.80)

Com o governo de Jango, tão próximo das causas trabalhistas e sociais, o governo americano começa uma rede de financiamento a políticos conservadores e propaganda anticomunista que encaminharam o golpe.

O primeiro presidente da ditadura foi Humberto de Alencar Castelo Branco, que governou de 1964 a 1967. Este foi considerado um período mais calmo e até é defendido por algumas pessoas que o governo de Castelo Branco ainda não seria de fato uma ditadura e sim uma versão de regime militar, visto que ele almejava encaminhar o país a redemocratização, acabando a “ameaça comunista”. Ainda assim seu governo não foi totalmente livre de censuras e perseguições.

Os militares também tinham suas divisões internas. A ala moderada buscava apenas livrar o país do comunismo e reestabelecer a democracia, mas os radicais almejavam manter o poder.

Artur da Costa e Silva foi o segundo presidente da ditadura e representava o segundo grupo, mais radical e extremista. Seu governo se estendeu entre 1967 a 1969. Costa e Silva fortaleceu a linha autoritária do período instituindo o AI – 5, ato institucional mais brutal da ditadura militar.

“O AI-5 foi um ato de força, para recuperar a iniciativa de um governo que vinha sendo contestado até por seus aliados. Ele atendia também aos desejos das alas radicais da ditadura, que entendiam ser necessário mais um ciclo repressivo para “limpa” a nação dos inimigos remanescentes. ” (MOTTA, 2021, p.115)

Durante seu governo a população já se mostrava insatisfeita com os rumos da ditadura e se uniu em manifestações de protestos. Com o endurecimento do regime, estes eram dispersados com violência pelas forças policiais.

Conforme FAUSTO (2009, p.264) O estopim da indignação da população foi a morte do estudante Edson Luiz Lima Souto, de 18 anos, assassinado pela polícia em um protesto, no mês de março, contra o aumento das refeições no restaurante Calabouço. Seu enterro foi acompanhado por milhares de pessoas.

Os companheiros de Edson impediram que seu corpo fosse levado pela polícia, para evitar qualquer distorção dos fatos, e seu enterro foi acompanhado por milhares de pessoas, indignadas com a violência exercida pelo governo. Muitos protestos aconteceram após o assassinato do jovem, que despertou a população para a realidade da Ditadura Militar.

Costa e Silva sofreu um derrame e foi afastado do cargo. Não foi permitido que seu vice assumisse a presidência, por discordar de algumas ações do governo, então a presidência foi exercida por uma junta militar, até as eleições indiretas para novo presidente.

O terceiro presidente da ditadura militar foi Emílio Garrastazu Médice, de 1969 a 1974. Seu governo foi marcado pela intensa perseguição aos opositores da ditadura militar, torturas e violência. Também foi em sua gestão que aconteceu o “Milagre Econômico”.

O período do chamado “milagre” estendeu-se de 1969 a 1973, combinando o extraordinário crescimento econômico com taxas relativamente baixas de inflação. O PIB cresceu na média anual de 11,2% no período, tendo seu pico em 1973, com uma variação de 13%. A inflação média anual não passou de 18%. (MOTTA, p.268)

O Milagre Econômico apenas mostrou as fragilidades do estado, já que foi realizado com empréstimos internacionais, aumentando a dívida externa. Seus benefícios atingiram a população mais abastada, mas também provocaram o ápice das desigualdades sociais. Ao final restou uma inflação gigantesca, fruto do endividamento do estado.

O quarto presidente foi Ernesto Geisel, que governou de 1974 a 1979. Geisel deu entrada na redemocratização. O governo defendia que a volta da democracia aconteceria de forma lenta, gradual e segura.

Durante seu governo a união foi responsabilizada pela morte do jornalista Vladimir Herzog, encontrado morto no prédio do DOI-CODI, fortalecendo a público as torturas e assassinatos praticados pelos militares. O caso causou ainda mais comoção na população que pedia o fim da ditadura militar.

Geisel concluiu seu governo extinguindo o Ato Institucional nº 5 e assinou a lei da anistia, tão reivindicada pela população, que perdoou os crimes políticos e possibilitou a volta dos exilados ao país, mas em contrapartida impossibilitou que os militares pagassem pelos crimes praticados na ditadura.

O último presidente da ditadura foi João Batista Figueiredo, de 1979 a 1985.

Figueiredo concluiu a abertura política do país. A volta do pluripartidarismo acontece, com a oposição alcançando a maioria das vagas na eleição do legislativo. Foi assinada a lei da anistia, tão reivindicada pela população, que perdoou os crimes políticos e possibilitou a volta dos exilados ao país, mas em contrapartida impossibilitou que os militares pagassem pelos crimes praticados na ditadura.

O governo já estava fragilizado com a crise econômica, índices recordes de inflação e descontentamento da população. Assim surge o movimento “Diretas Já”.

O movimento das Diretas Já começou em 1983, quando foram organizados comícios que reuniram dezenas de milhares de pessoas, mas deslançou efetivamente nos primeiros meses de 1984, momento em que o público presente aos eventos chegou a ultrapassar a marca de 1 milhão em algumas das grandes cidades, particularmente nas capitais dos estados governados pela oposição. (MOTTA, 2021, p. 294)

Mesmo com a intensa movimentação da população, a democracia retorna em uma eleição indireta, disputada por Tancredo Neves, candidato da oposição, e Paulo Maluf, candidato da ditadura. Tancredo foi eleito, dando fim a ditadura militar.

A ditadura militar teve diversas características, que se estendem das questões econômicas, políticas e criminais.

Havia apenas dois partidos, ARENA (militares) e MDB (“oposição” consentida), os decretos possibilitavam que o congresso fosse fechado quando lhes aprovassem, podendo assim executar qualquer ação sem interferência, direitos políticos foram cassados, funcionários públicos demitidos, a maioria dos cargos de influência eram ocupados por militares e o governo podia intervir diretamente em estados e municípios.

O Ufanismo foi uma característica do período, onde a propaganda e a música eram utilizadas para exaltar o Brasil, trazendo uma ideia de prosperidade e fortalecendo o nacionalismo que serviria como uma cortina de fumaça para distrair a população dos reais problemas.

As desigualdades sociais ficaram mais aparentes, o arrocho salarial diminuía o poder de compra da população. As repressões, perseguições e torturas eram constantes, com centenas de mortos e desaparecidos. Além disso a censura foi intensificada e representa um ponto central do período.

2.3 A censura na ditadura militar

A censura não foi um instrumento exclusivo do período militar. Ela já era praticada no Brasil antes do golpe.

Na ditadura militar, o órgão através do qual o governo reprimiu as formas de expressão foi a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP). Ao contrário do que muitos pensam, a Divisão de Censura Públicas surgiu antes da instauração da ditadura. Desde o Estado novo já havia a censura no âmbito e dos bons costumes. (HERRMANN, 2014, p.10)

Embora não fosse utilizada da mesma forma que a ditadura, já havia uma cultura de estética aceita pela sociedade que justificava a existência desse órgão. A censura neste período era voltada a moral, diferente da ditadura que a usou como proteção.

O governo militar exercia o autoritarismo, com violência e crueldade, mas além disso também não foi um governo próspero, muito pelo contrário. Durante o período a pobreza se alastrou pelo país e isso levou a um grande descontentamento do povo. Nesse contexto a censura servia para blindar o governo de críticas, evitando que a população se levantasse contra os militares.

A DNS criou uma lógica de desconfiança que, no futuro, haveria de colocar sob suspeita todas as organizações, indivíduos ou movimentos sociais que fossem críticos da forma pela qual se organizavam as atividades capitalistas no Brasil. (OLIVEIRA. 2012, p.122)

Qualquer manifestação contra o governo era censurada e criminalizada. Os meios de comunicação aplicavam a autocensura e assim a impressão que as mídias passavam era que o Brasil era um país sem problemas e em constante ascensão. Segundo CAROCHA (2006, p.3) “A música, o teatro, a televisão e o cinema foram atividades constantemente vigiadas e, na maioria das vezes, esse processo era tratado como simples rotina policial. ”

A censura não atingiu apenas os veículos de comunicação, como também as manifestações artísticas.

Em um período em que o povo era incapaz de falar, eram nessas manifestações que eles encontravam representatividade e eram levados a uma reflexão sobre a realidade enfrentada.

A censura era utilizada como padrão moral, vetando tudo que ferisse os considerados bons costumes da época, além de qualquer conteúdo político, que pudesse apontar crítica ao governo.

Com o decreto do AI-5 a censura foi intensificada. Muitos artistas e jornalistas foram perseguidos, exilados e torturados por utilizarem seus espaços para expor as atrocidades da ditadura.

A censura não foi eliminada com o fim da ditadura militar, embora com a redemocratização a perseguição aos artistas tivesse findado, o DCDP ainda estava ativo até a elaboração da Constituição de 1988.

Pelo contrário, a DCDP esteve funcionando até o ano de 1988, embora a partir de 1985, com o fim do regime, o número de vetos tenha caído drasticamente. A DCDP foi finalmente extinta no ano de 1988, quando foi promulgada uma nova Constituição, na qual determinou-se a passagem da censura de diversões públicas para o âmbito do Ministério da Educação, com caráter apenas classificatório. (CAROCHA. 2006, p.6)

A música foi uma das principais vozes da ditadura e conseqüentemente um alvo constante dos censores.

2.4 A música como resistência

A música foi utilizada muitas vezes no contexto político, tanto como protesto, quanto para fortalecer os regimes. Na ditadura a música foi utilizada das duas maneiras, como protesto e no ufanismo, movimento que buscava enaltecer o país, destacando seus pontos fortes, suas riquezas e potenciais, buscando assim mascarar a realidade da ditadura.

A censura também não foi instaurada durante a ditadura. Ela já existia desde o Estado Novo, buscando regulamentar a moral e o bom gosto, mantendo um padrão aceitável para a sociedade.

A censura musical inserida no âmbito da moral e dos bons costumes não foi criada pelo regime militar, mas foi sendo adaptada paulatinamente às especificidades do período em questão. Devido ao processo de crescimento da indústria fonográfica, que teve seu ápice na década de 1970 e a forte capacidade de influência da música nas grandes metrópoles brasileiras, o regime militar não pôde deixar de voltar as suas atenções para este tipo de manifestação cultural. (CAROCHA, 2006, p.1)

A música ocupa um lugar importante na manutenção da memória, pois ela desperta sentimentos e fortalecem convicções, por afinidade ou concordância.

Conforme PIEROLI (2007, p.8) “A música possui uma memória, evocando lembranças em quem a ouve, pode ser um caminho para se chegar a um determinado período histórico e uma forma para se falar dos sujeitos sociais excluídos do processo histórico.”.

A censura foi usada no Brasil inicialmente como questão estética, buscando estabelecer um padrão mais refinado, sem erros de português ou letras de cunho duvidoso.

O veto também foi apresentado como instrumento para aprimorar o gosto, elevar o nível cultural e o padrão moral do povo brasileiro. Composições eram vetadas por serem inadequadas, ofensivas e até mesmo por conterem erros gramaticais e serem consideradas de péssima qualidade musical. (CAROCHA, 2006, p.5)

Na ditadura a censura tomou um caráter repressivo. Toda manifestação contra o governo era criminalizada, a população imputava sobre si uma autocensura, por medo da repressão, então a música acabava sendo a única forma de expressão contra a ditadura.

As músicas deveriam ser enviadas para o órgão censor responsável pelas liberações. Qualquer letra com caráter subversivo era imediatamente vetada. O grande problema é que não havia um critério definido para os vetos, os censores não eram profissionais da música, então muitas obras acabaram sendo liberadas, mesmo contendo metáforas contra o governo.

Os compositores de forma magistral conseguiram enganar os censores do governo militar, com músicas que aparentemente tinha um duplo sentido, proferindo de forma imperceptível os sentimentos de revolta e desacordo à repressão do governo neste momento de Ditadura Militar, tanto dos artistas, como da população brasileira, por meio das músicas da MPB. (PINHEIRO, 2020, p. 168)

Diversos artistas se destacaram no período como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Geraldo Vandré e Elis Regina. Usando a influência que possuíam, utilizavam de suas canções para alimentar a esperança do povo por dias melhores. Quando a imagem dos artistas ficava muito conhecida e não alcançava aprovações, o caminho era utilizar pseudônimos, como Julinho de Adelaide, utilizado

por Chico para conseguir a aprovação de algumas músicas, incluindo a que dá título à essa pesquisa, Acorda, Amor.

A AI-5 foi o momento mais duro da censura, mas após a baixa do ato a censura continuou, mesmo sem as perseguições escancaradas.

Com base nos relatórios anuais da DCDP, podemos perceber outra característica notável na censura musical. Ao contrário do que alguns autores afirmam, os relatórios indicam uma grande concentração de músicas censuradas no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980. Em 1973, foram censuradas 159 letras musicais; em 1976, 198 e, em sua fase final já no ano de 1980 houve um registro de 458 músicas censuradas. (CAROCHA, 2006, p.6)

A música de protesto foi um marco durante o período da ditadura militar, mostrando a coragem dos artistas em afrontar os militares, mesmo conhecendo os métodos violentos utilizados por eles e elucidando as verdades da ditadura para a população, conscientizando sobre a importância da democracia. Conforme Borges, “na música de protesto há evidência de uma representação, ou seja, uma manifestação de descontentamento, amor, ódio, do desejo de melhoria, de ações revolucionárias, etc” (2017, p.3).

O objetivo dessa pesquisa é entender como a música transformou esse período, qual foi sua influência na sociedade e como elas eram correlacionadas com as épocas em que foram lançadas.

3 METODOLOGIA

A pesquisa será delimitada no período da ditadura militar que durou de 1964 a 1985, no Brasil. Analisando a produção artística musical, no início da ditadura, na implementação do AI-5 e no enfraquecimento do regime, considerando como ela foi influenciada pelas tensões da época e qual foi seu papel na sociedade e na luta pela redemocratização.

3.1 Natureza da pesquisa

A pesquisa realizada se enquadrará como qualitativa bibliográfica, pois será voltada ao comportamento social e não em análises de estatísticas.

A pesquisa qualitativa consiste em uma abordagem de investigação que considera a conexão do sujeito com o mundo e suas relações, não desconsiderando a subjetividade dos participantes do estudo nem do pesquisador, entendendo que não é possível o desenvolvimento de um trabalho asséptico. (MINEIRO, p.207)

O objetivo da pesquisa será a análise das músicas para compreender a relação com o período em que foram lançadas.

3.2 Delimitação do objeto de estudo

O objeto da pesquisa serão músicas de compositores brasileiros que participaram direta ou indiretamente dos movimentos sociais brasileiros durante a ditadura militar.

Serão apresentadas letras das músicas para análise e será utilizado o livro “Mordaça” de João Pimentel e Zé Mcgill para entender o contexto mediante as entrevistas de artistas atingidos no período.

3.3 Procedimento de coleta de dados

As letras das músicas foram coletadas da internet, assim como algumas entrevistas de artistas que sofreram censura na ditadura. O livro “Mordaça”, de João Pimentel também servirá como coleta de dados, por possuir reproduções de documentos da época e entrevistas de artistas censurados.

3.4 Procedimento de análise de dados

A análise começará pelas letras, buscando entender seus significados e a relação do seu lançamento com os principais acontecimentos do mesmo período.

O intuito é perceber que a produção musical acompanhava os acontecimentos da ditadura, buscando informar a população do que de fato acontecia, mesmo que de maneira subjetiva, por meio de metáforas ou ironia.

Após a análise será realizado uma busca em rede sobre entrevistas dos artistas sobre determinadas músicas e o período em geral, para traçar a relação entre esses elementos.

3.5 Limitações da pesquisa

As principais limitações da pesquisa estão nas análises de documentos oficiais e na coleta de informações.

Pela delimitação de tempo, muitos dos documentos censurados tinham as observações relativas à censura escritos a mão e isso dificulta o entendimento em alguns casos.

As principais informações sobre as músicas partem de entrevistas dadas pelos próprios artistas. É necessário ter um cuidado extra para selecionar apenas as informações verídicas.

4 APRESENTAÇÃO DA PESQUISA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A música foi um elemento de grande impacto na ditadura militar. Em um momento em que não se era possível falar abertamente, expressar sua opinião, principalmente se essas opiniões fossem contrárias aos militares, as canções passavam a servir como um escape, para manter viva a consciência da realidade enfrentada no país.

Muitos músicos enfrentaram a censura, incluindo em suas obras, direta ou indiretamente, suas posições quanto a ditadura.

A música “Opinião”, de Nara Leão, lançada em novembro de 1964, meses após o golpe, tornou-se um prelúdio do caos que se instalaria no país. A música começa com o verso “*Podem me prender, podem me bater, que eu não mudo de opinião*”, A música que fala sobre a vida no morro, retrata também o rumo que a censura tomou no Brasil.

O governo de Castelo Branco não foi o mais cruel da ditadura. Embora a censura já existisse previamente, esta foi a época mais branda, porém não quer dizer que os atos repressivos não existissem. Em 1966 Geraldo Vandré lança a música “Disparada”, falando sobre a vida no campo a música também expõe o endurecimento da população com o regime, como visto no trecho “*Aprendi a dizer não, ver a morte sem chorar*”. Geraldo Vandré foi um nome importante na resistência. A música “Pra Não Dizer Que Não Falei Das Flores” alcançou o segundo lugar do Festival Internacional da Canção em 1968 e logo se tornou um hino da

resistência. A letra marcante era um chamamento para uma reação da população como visto no verso “*Vem, vamos embora que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora e não espera acontecer.*”. Espalhando pelo país, Geraldo sai em turnê, mas sua carreira na música acaba sendo breve por conta da perseguição militar. Logo antes de fugir ele escreve a “Canção da Despedida”, com Geraldo Azevedo, que passou de um até logo a um adeus, já que depois do exílio Geraldo Vandré desistiu da carreira musical e sequer incluiu seu nome na autoria da música, lançada em 1985.

Caetano Veloso também se destacou no período, com o surgimento da Tropicalismo. Com um estilo de música inovador à época, Caetano tinha seu protesto de maneira mais branda, quase imperceptível nas suas músicas. Poucas músicas do artista passaram pela censura, um exemplo é a música “É Proibido Proibir”, apresentada no Festival Internacional da Canção também em 1968, que embora não tivesse sido censurada, recebeu muitas vaias do público. Essa reação provocou um discurso acalorado de Caetano que ficou marcado na história da ditadura. “Mas é isso que é a juventude que diz que quer tomar o poder? É a mesma juventude que vai sempre matar amanhã o velhote inimigo que morreu ontem. Vocês não estão entendendo nada, nada, nada, absolutamente nada!” (PIMENTEL, 2021.p.41)

O artista mais lembrado quando o assunto é música de protestos é Chico Buarque. Com uma carreira promissora, suas músicas com mensagens intensas e provocativas desafiavam os militares. Em 1967 participou do Festival de Música Popular Brasileira, alcançando o 3º lugar com *Roda Viva*. A música retrata a passagem da vida e como nos sentimos durante a contagem dos dias. Incluso no contexto também evoca a ideia de liberdade, como visto no *trecho* “*A gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar*”, demonstrando que a ditadura já se desgastava entre a população, ainda nos seus anos iniciais.

Chico passou por um auto exílio em 1970 e ao retornar ao Brasil teve mais composições marcantes como “*Construção*”, uma obra de arte que retratava o cotidiano dos trabalhadores, sem perspectivas, presos a uma rotina infundável.

Mas o que enfureceu os militares e tornou Chico um alvo foi a música “*Apesar de Você*”, que enviada aos censores, recebeu liberação pelo entendimento de que a letra seria para uma mulher.

Eu não achava que a música fosse passar, mas também não tinha certeza de que seria vetada. Até porque eu ainda não tinha essa experiência. Havia acabado de chegar da Itália e o disco que eu tinha gravado não trazia nada que chamasse a atenção dos censores. Então, mandei essa música e eles aprovaram. Depois que ela foi proibida, aí sim, vieram as consequências, porque os caras se sentiram enganados. Virou uma coisa pessoal mesmo. Fui chamado para aqueles interrogatórios e, olha, se foram cinquenta vezes, não é exagero meu. Um dos principais motivos era ‘Apesar de Você’. Os militares me perguntavam: ‘O que você pretendia com essa letra?’. Era uma espécie de vingancinha, já que aquilo foi como se eu tivesse burlado o esquema deles. E, de certa forma, burlei mesmo, mas... Enfim, a música foi aprovada e o problema era deles. Nesses interrogatórios, quando me perguntavam se o ‘você’ da música seria o governo militar, eu respondia: ‘Não, essa letra é sobre uma mulher muito mandona, muito autoritária’ (PIMENTEL, 2021.p.41)

A mensagem da música é um claro ataque à ditadura e mesmo após meses de lançamento e a comercialização de milhares de cópias, a música foi censurada e os militares destruíram as cópias encontradas na gravadora. Porém já era tarde e a música tinha conquistado os brasileiros que acreditavam que apesar de todos os horrores que viviam, o futuro seria melhor.

Após esse incidente as liberações de Chico ficaram mais complicadas, fazendo com que o artista criasse um pseudônimo para lançar suas obras. Assinando como Julinho de Adelaide a música “Acorda, Amor” foi lançada em 1974, retratando o pavor enfrentado pelos capturados pelos militares. A música fala sobre a aflição de não saber seu destino e dá instruções de um período de luto caso não retornem para casa. *“Se eu demorar uns meses convém, às vezes, você sofrer. Mas depois de um ano eu não vindo, ponha a roupa de domingo e pode me esquecer.”*

No livro “Mordança de, João Pimentel e Zé McGill, Chico fala sobre a experiência de ser abordado em casa pelos agentes.

“Minhas lembranças sobre esse dia são muito claras”, garante o próprio Chico. “Fui acordado de manhã cedo, quando ainda estava na cama com a minha mulher. Um grupo de policiais apareceu lá em casa e abriu a porta. A primeira coisa que vi foi a cara do zelador. Atrás dele estavam os meganhas, armados. Levantei, escovei os dentes e fui embora com eles para o Dops (Departamento de Ordem Política e Social). No caminho, a gente até conversou sobre música, eles me conheciam e não fizeram nenhuma ameaça. Me deixaram no Dops e fiquei ali por um tempo, esperando. De repente, veio a ordem para me levarem ao quartel do I Exército. Aí, sim, o clima dentro do carro, com os mesmos condutores, ficou mais pesado. Eles estavam tensos e ficavam me perguntando: ‘O que é que você fez?’ E eu dizia: ‘Não fiz nada.’ Então, me levaram para o quartel e lá eu passei o dia inteiro. Só saí no fim da tarde. Ali era muito intimidatório. Havia um general chamado Assunção, que era um sujeito barra-pesada, e eu ficava numa sala com esse general. Entrava coronel, saía coronel e eles me perguntavam coisas relacionadas às minhas músicas. Depois me mandaram para uma sala de espera. Aí, me chamaram de novo. Chegava mais gente e faziam outras perguntas, mas não havia muito o que

perguntar... Nessas ocasiões, existe sempre aquele jogo do policial bom e do policial mau, e havia um coronel que começou com uma conversa sobre Fluminense e futebol, dizendo ‘Eu também sou tricolor’ etc. Este sujeito chamava-se coronel Átila. No fim das contas, o chefe, que era o general Assunção, me disse: ‘Olha, você ia ficar aqui, mas agora que virou amigo do coronel Átila, nós vamos te liberar. No entanto, fique com o telefone do coronel e, se precisar sair do Rio, você fica com a obrigação de comunicar a ele.’ Era como se fosse uma prisão domiciliar.” (PIMENTEL, 2021.p.35)

A música também foi utilizada para criticar a situação econômica, como Ouro de Tolo (1973), de Raul Seixas que criticava o “Milagre Econômico”, que ocorreu entre 1968 e 1973 e acabou com uma grave crise, e “Comportamento Geral” (1973), de Gonzaguinha, que criticava as pessoas que não reagiam as péssimas condições financeiras que a população enfrentava, como no *trecho* “*Deve pois só fazer pelo bem da Nação tudo aquilo que for ordenado. Pra ganhar um Fuscão no júízo final e diploma de bem-comportado.*”.

Artistas também utilizaram a arte para falar sobre crimes acontecidos no período, como a assassinato do estudante Edson Luis de Luma Souto, ocorrido em 1968 no restaurante Calabouço durante um protesto sobre as refeições dos estudantes. Essa barbárie foi o primeiro ato para a reação da população. Seu velório foi acompanhado por milhares de pessoas e ocasionou muitas manifestações contra a ditadura. As músicas “Calabouço”(1973) de Sergio Ricardo e “Menino” (1976) relembram a morte do jovem, a última, que foi escrita em 1968 e gravada em 1976 traz três frases marcantes “*Quem cala sobre teu corpo, consente na tua morte*” e “*Que a bala riscou no peito, quem cala morre contigo*” e a última frase da música “*Quem grita vive contigo*”. O peso das frases remonta a resistência dos colegas que não permitiram que o corpo do amigo fosse levado pelos militares, para que não tentassem distorcer seu assassinato. Isso acabou abrindo os olhos da população sobre a verdadeira face da ditadura militar.

A música “Angélica” de Chico Buarque é uma homenagem a Zuzu Angel, mãe de Stuart Angel, morto na tortura. A canção “O Bêbado e o equilibrista” traz em sua primeira linha “*Caía a tarde feito um viaduto*” a lembrança da queda do elevado Paulo de Frontin, em 1971, no Rio de Janeiro que deixou 48 mortos. A música fala também sobre o retorno dos exilados “*Meu Brasil que sonha com a volta do irmão do Henfill, com tanta gente que partiu.*”, focando em Herbert José de Souza, socialista, irmão do cartunista Henfil, que permaneceu no exílio de 1971 a 1979. Outra homenagem nesta música é encontrada no trecho “*Choram Marias e Clarices no*

solo do Brasil”, sendo Maria mãe do metalúrgico Manuel Fiel Filho e Clarice esposa do jornalista Vladimir Herzog, ambos assassinados nos porões do DOI-CODI.

A partir de 1974, com a posse de Geisel é iniciado o processo de reabertura democrática, que segundo os ditadores, se daria de forma “lenta, gradual e segura”. Assim as músicas passaram a tomar um tom de esperança como “Velha Roupa Colorida” (1976), de Belchior que falava *“No presente, a mente, o corpo é diferente. E o passado é uma roupa que não nos serve mais”*, “Não Chore Mais” (1979), de Gilberto Gil, *“Amigos presos, amigos sumindo assim pra nunca mais. Tais recordações, retratos do mal em si, melhor é deixar pra trás”* e “Coração de Estudante (1983) de Milton Nascimento, *“Mas renova-se a esperança, nova aurora a cada dia e há que se cuidar do broto, pra que a vida nos de flor. Flor e fruto.”*, que foi entoada nos comícios da campanha Diretas Já, pela redemocratização.

Como observado, a música foi um fator fundamental durante o período da ditadura militar, atuando como voz em uma época em que as opiniões eram silenciadas. A censura não seguia um padrão lógico, vetando obras por inúmeros motivos, para manter o bom gosto, defendendo a moral ou por qualquer suspeita de descontentamento com o governo imposto a população, mas ainda assim os artistas, dotados de genialidade, foram capazes de driblar o sistema e emprestar suas vozes para a população. Por meio das músicas crimes foram lembrados, denúncias foram feitas e a esperança foi reestabelecida, mantendo vivo junto a população o desejo de liberdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O golpe de 1964 deve ser constante objeto de estudo e memória, passando de geração a geração. Entender como chegamos a um período ditatorial e quais foram os impactos causados é crucial para que o mesmo erro não se repita.

O poder da música no enfrentamento a ditadura foi notável e impulsionou a população a reagir e lutar pela redemocratização. A coragem de enfrentar a censura teve um alto custo para muitos artistas, mas isso não os impediu de utilizar sua arte para garantir que nosso país voltasse a ser livre.

Nos últimos anos, com o golpe de 2016 e a chegada do bolsonarismo, expandiu-se por uma parcela da população um sentimento de saudosismo e

admiração pelas atrocidades que aconteceram na ditadura, chegando ao absurdo de prestarem homenagens a torturadores no congresso nacional.

Junto a esse novo movimento muito tem se falado sobre censura atualmente, onde as pessoas confundem liberdade de expressão com atos ilegais. Numa época em que a comunicação é tão vasta e temos tantas maneiras de nos expressar, essas ferramentas acabam sendo utilizadas para fins ilegais, como por exemplo para organização da tentativa de golpe de 08 de janeiro de 2023, buscando a instauração de uma nova “ditadura militar”, que movimentou os bolsonaristas, mesmo sem total apoio das forças armadas.

Com as medidas do Ministério Público para punir os golpistas e impedir atos ilícitos, essa parcela da população defende estar vivendo um período de censura.

Com isso se torna importante relembrar o período que passamos e, com muita luta, superamos, para entender o que de fato a ditadura militar representou para o país, o que é a censura e quais os efeitos dela na sociedade.

O assunto pode ser mais explorado para trabalhos futuros utilizando músicas específicas para contextualizar fatos ou momentos históricos, além de outras manifestações artísticas, como literatura ou artes visuais, como teatro, cinema e televisão. A trilha sonora de Saltimbancos, de Chico Buarque também é um excelente exemplo da resistência à ditadura militar por meio das artes, que pode render estudos interessantes.

Somente com o entendimento do nosso passado vamos poder superá-lo e criar uma consciência real sobre nossa realidade, não nos deixando levar por mentiras e fake News e entendendo que graças a toda a luta travada contra a ditadura militar, hoje temos direito à liberdade de expressão.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Dennison de. **História do Brasil, política e economia**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

FAUSTO Boris. **História Concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

PINHEIRO, Claudinéia Ricardo et al. **Ensinar e Aprender**. [SI]: Clube de Autores, 2020.

PIEROLI, Sarita Maria. **Ditadura Militar no Brasil (Pós-64) através da música: Uma Experiência em sala de aula**. Disponível em: chrome-extension://efaidnbnmnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_sarita_maria_pieroli.pdf .Acesso em: 08 de outubro de 2024.

SILVA, Pedro Lázaro Oliveira da. **A censura imposta a música durante o regime militar e as consequências do AI – 5**. 25 f. Projeto de pesquisa (Graduação) - Curso de Bacharelado em Humanidades. Instituto de Humanidades (IH), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Acarape, 2021

HERRMANN, Bárbara Duarte. **MÚSICA E CENSURA NA DITADURA MILITAR: o processo reflexivo entre música e política**. 2014. Disponível em:< [https://www.academia.edu/download/35243430/Musica e Censura na Ditadura Militar.pdf](https://www.academia.edu/download/35243430/Musica_e_Censura_na_Ditadura_Militar.pdf)> Acesso em: 10/10/2024.

CAROCHA, Maika Lois. **Pelos versos das canções: Censura e música no regime militar brasileiro**. XII Encontro Regional de História, Anpuh, RJ, 2006. Disponível em : <http://snh2013.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Maika%20Lois%20Carocha.pdf> Acesso em: 10/10/2024

BORGES, Kelsse P.; SILVA, Ideli Vieira da. **A ditadura militar no Brasil Através da música**. *Anais do Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Estadual de Goiás (CEPE)* , v. [https //www.anais .ueg.br/em.php /artigo/vi/748](https://www.anais.ueg.br/em.php/cepe/artigo/vi/748). Acesso em: 10/10/2024

TINHORÃO, José Ramos. **Pequena história da música popular**. São Paulo: Editora Circulo do Livro. Editora Vozes.

SILVERIO, Aldo. **A música brega durante a ditadura militar no Brasil**. *Revista Plêiade* , v. 8, 2010. Disponível em: [https ://pleiade .uniAmerica .br /index .php /pleiade /article /view /149](https://pleiade.uniAmerica.br/index.php/pleiade/article/view/149) . Acesso em: 10/10/2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MINEIRO, Márcia; A. ALVES DA SILVA, Mara; GRACIA FERREIRA, Lúcia. PESQUISA QUALITATIVA E QUANTITATIVA: imbricação de múltiplos e complexos fatores das abordagens investigativas. **Momento - Diálogos em Educação**, [S. l.], v. 31, n. 03, p. 201–218, 2022. DOI: 10.14295/momento.v31i03.14538. Disponível em: <https://seer.furg.br/momento/article/view/14538>. Acesso em: 16 nov. 2024.

PIMENTEL, João; MCGILL, Zé. **Mordaça**: Histórias de música e censura em tempos autoritários. 1. ed. Rio de Janeiro: Sonara Editora, 2021.